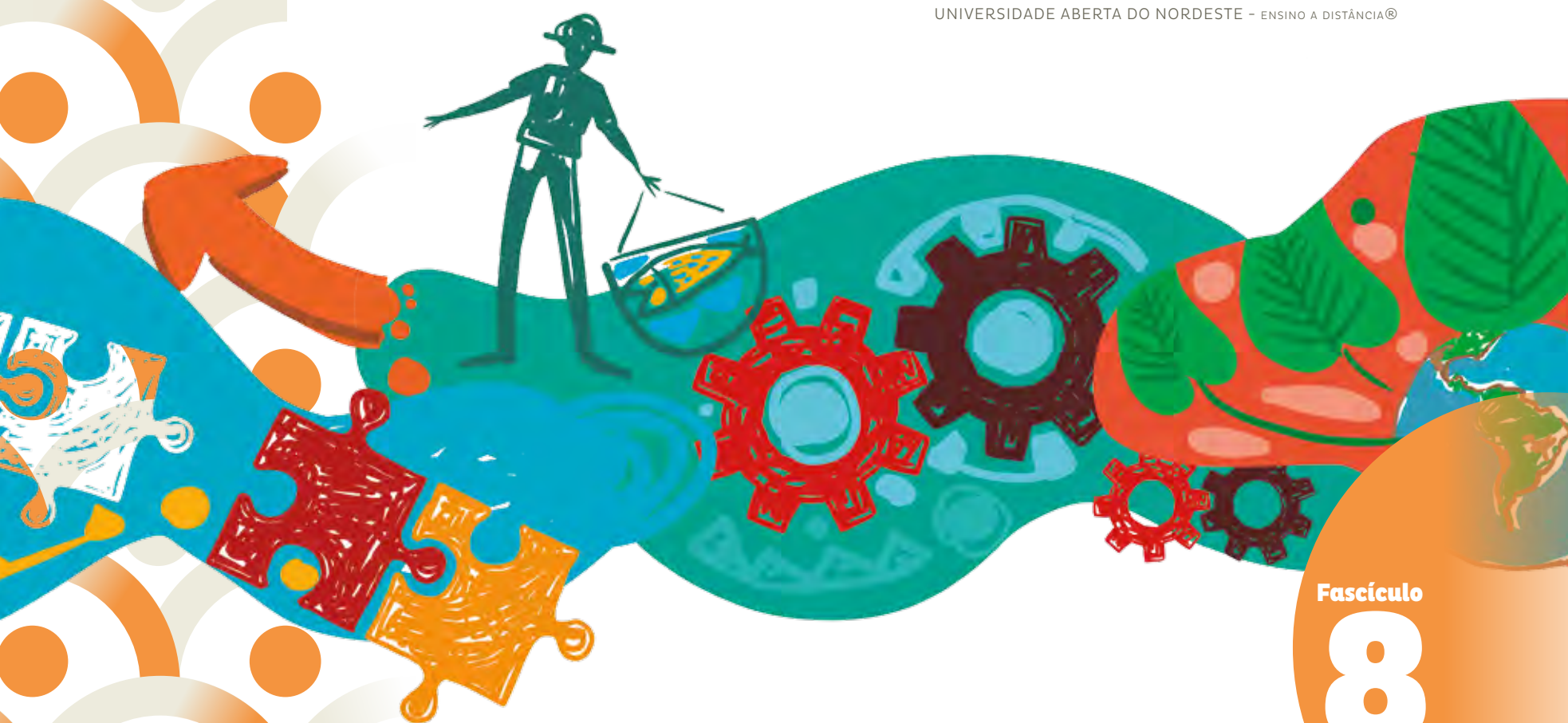




gestão **social**

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE - ENSINO A DISTÂNCIA®



Fascículo

8

Gestão Social e **Economia Plural**

Ariádne Scalfoni Rigo

FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA (FDR)

Presidência
João Dummar Neto

Direção Geral
Marcos Tardin

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE (Uane)

Coordenação Geral
Ana Paula Costa Salmin

CURSO CONTROLE CIDADÃO

Concepção e Coordenação Geral
Cliff Villar

Coordenação de Conteúdo
**João Martins de Oliveira Neto e
Jeová Torres Silva Júnior**

Coordenação Pedagógica
Ana Cristina Pacheco de Araújo Barros

Coordenação Executiva
Rebeca Sabóia

Edição de Design e Projeto Gráfico
Amaurício Cortez

Editoração Eletrônica
Cristiane Frota

Ilustrações
Carlus Campos

Catologação na Fonte
Kelly Pereira

Este fascículo é parte integrante do Curso Controle Cidadão composto por 12 fascículos oferecido pela Universidade Aberta do Nordeste (Uane), em decorrência do contrato celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado do Ceará e a Fundação Demócrito Rocha (FDR), sob o nº 26/2014.

C975 Curso gestão social / coordenação geral, Cliff Villar;
coordenação de conteúdo; João Martins de Oliveira Neto
e Jeová Torres Silva Júnior. – Fortaleza: Fundação Demócrito
Rocha/UANE/BID/STDS-Ce, 2017.
288. il. color; (Curso em 12 Fascículos)

ISBN **xxxx-xxxx-xxx-xx**

1. Curso – gestão social I. Villar, Cliff. **II.** Oliveira Neto, João
Martins. **III.** Silva Júnior, Jeová Torres. **IV.** Título

CDU 304(813.1)

Todos os direitos desta edição reservados à:



**Fundação
Demócrito Rocha**

Fundação Demócrito Rocha
Av. Aguanambi, 282/A – Joaquim Távora
CEP 60.055-402 – Fortaleza-Ceará
Tel.: (85) 3255.6180 – 3255.6153
Fax: (85) 3255.6271
fdr.com.br
fundacao@fdr.com.br
uane@fdr.com.br

sumário

1. Introdução	172
2. A Nova Sociologia Econômica e a noção de economia plural...	173
3. Economia plural e os princípios econômicos.....	176
3.1 O estreitamento entre os princípios econômicos e seus dois movimentos.....	178
3.2 Modalidades de imbricação na economia real	179
4. Economia Solidária e princípios econômicos: aproximações com a prática.....	181
4.1 Os BCDs e as moedas sociais enquanto experiências de economia plural.....	183
4.2 Moedas sociais circulantes locais na prática dos BCDs.....	186
5. Reflexões e aproximações possíveis entre as experiências dos BCDs e das moedas sociais com a noção de economia plural	189
Síntese do Fascículo.....	191
Perfil da Autora.....	191
Referências Bibliográficas	191

OBJETIVOS

1. Apresentar a noção de economia plural e os conceitos de princípios econômicos plurais.
2. Apresentar as experiências dos BCDs e das moedas sociais enquanto práticas de economia solidária.
3. Refletir sobre as experiências dos BCDs e do uso de moedas sociais enquanto práticas em uma economia plural.





1. Introdução

O campo de estudos sobre a gestão social se mostra promissor no Brasil. Neste campo muitas teorias buscam explicar formas de ampliar a participação das pessoas nos processos de gestão das organizações. Nesse sentido, muitos pesquisadores têm procurado responder, direta ou indiretamente, a questões do tipo: como promover a participação nos processos de gestão? Que modelos e práticas organizacionais se mostram mais adequadas? Neste caminho, muitas experiências associativas têm sido vistas como formas reais de gestão social. Neste fascículo, vamos tomar como campo de práticas o que denominamos de economia solidária que, a nosso ver, se insere no campo do conhecimento da gestão social (e, por vezes, se confundem).

Dentre estas práticas, focaremos nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e no uso de

moedas sociais, os quais buscam realizar a gestão coletiva dos recursos e atividades construindo espaços públicos de proximidade e de articulação política.

Os debates em torno da gestão social e da economia solidária comumente a relacionam com participação, tomada de decisão coletiva, igualdade e interação, construção de relações de proximidade e reciprocidade voltadas para o bem comum, ou seja, para objetivos claramente sociais. Sendo assim, buscamos um arcabouço teórico mais amplo sobre o fazer econômico e sobre o entendimento das organizações sociais que fazem parte do campo de práticas. Nesse intuito, apresentamos a noção de economia plural (ou economia substantiva) como alternativa interpretativa dessas práticas. Em resumo, assumimos a gestão social como campo do conhecimento, a economia solidária como campo de práticas e a noção de economia plural como abordagem teórica adequada à compreensão da realidade.

As informações e o conhecimento sobre a prática dos bancos comunitários no Brasil utilizados neste fascículo são provenientes da experiência acumulada da autora e de uma ampla pesquisa, realizada em 2012 e 2013, em 47 BCDs em várias regiões do Brasil. Além disso, são provenientes também de um aprofundamento dos estudos durante um período de pesquisa no Banco Palmas, primeiro banco comunitário do Brasil, localizado no estado do Ceará. Atualmente, após 20 anos de existência do Banco Palmas, constitui-se no Brasil uma rede de bancos comunitários como fruto de uma política pública de finanças solidárias com mais de 100 BCDs envolvidos.

Este fascículo está estruturado em quatro partes. Na primeira delas,

apresentamos o campo do conhecimento em que se insere a abordagem da economia plural, ou seja, o campo da sociologia econômica. Nesse tópico, expomos algumas especificidades do campo e alguns conceitos que serão importantes para o entendimento de conceitos que permeiam os demais itens do fascículo. Na segunda parte, entramos na questão teórica central, apresentando os princípios econômicos e as integrações entre eles que formam os argumentos e categorias pertencentes a noção de economia plural. Esta segunda parte, para fins didáticos, foi subdividido em outros itens. Na terceira parte do fascículo, apresentamos o campo de práticas partindo da economia solidária de modo geral e alcançando as especificidades dos BCDs e das moedas sociais. Esta terceira parte também conta com subitens que organizam melhor o conteúdo. Ao final, a quarta e última parte do fascículo procura exercitar a relação entre teoria e prática, ou seja, busca aproximar características das experiências apresentadas com a integração dos princípios econômicos que fundamentam a noção de economia plural. Nosso intuito, neste último exercício, é mostrar a economia plural como economia real.

Por fim, o leitor vai encontrar ao longo de todo o fascículo caixas e figuras que visam auxiliar no processo de aprendizagem. Algumas apresentam apenas resumos e ideias-chave do que está sendo exposto; outras apontam desafios para serem ultrapassados sob a forma de exercícios e reflexões; e outras apresentam conteúdos com links para outras abordagens que, apesar de não serem foco deste fascículo, podem estimular a busca de novos conteúdos pelo leitor curioso.

Aproveite a leitura!

2.

A Nova Sociologia Econômica e a noção de economia plural

A partir da década de 1980, os sociólogos passaram a questionar o funcionamento do mercado. Eles buscaram compreender a ação econômica sem separá-la das relações sociais. A partir da década de 1990, muitos estudos e debates passaram a compor o que atualmente denominamos de Nova Sociologia Econômica (NSE).

Mas por que chamamos de “nova” sociologia econômica? Qual seria, então, a “velha” sociologia econômica? A NSE se diferencia da sociologia econômica das décadas de 1920-1970, baseada, principalmente, na discussão das consequências sociais do capitalismo. Além de questionadora, a NSE surge num contexto de contradições: por um lado, o capitalismo “reconquistador”, do neoliberalismo e do *laissez-faire*; por outro lado, num momento em que as demandas sociais e as necessidades de intervenções estatais ganham uma amplitude jamais vista.

A ideia principal dentro da NSE, embora contenha diferentes abordagens complementares, é a forte relação entre o econômico e o social. O

econômico não é mais visto apenas como o mercantil, pois considera inseparável do fato econômico o não mercantil e o não monetário. Ou seja, a economia envolve um conjunto de relações sociais baseadas também em princípios não mercantis e monetários.



As relações econômicas não podem ser entendidas separadas das relações sociais.

Ainda, o uso do dinheiro e o mercado não são invenções da economia de mercado, e relações econômicas podem se configurar independente deles.





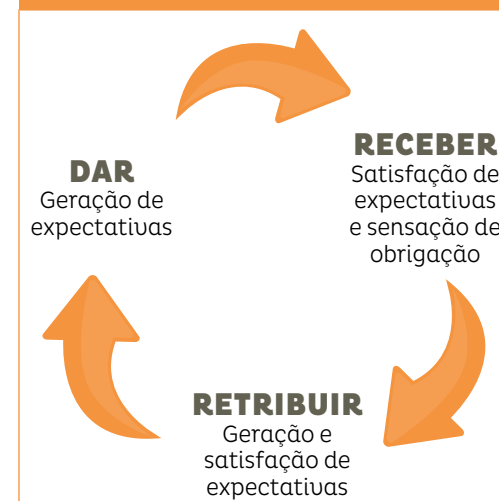
Dentre as abordagens inerentes ao campo do conhecimento da sociologia econômica, destacamos duas principais, a saber: a) a abordagem antiutilitarista de Marcel Mauss e b) a abordagem da economia solidária baseada na noção de economia plural. Neste fascículo focaremos na segunda abordagem, mas resumiremos a primeira, porque alguns termos são importantes para a compreensão da segunda.

A **abordagem antiutilitarista** está baseada nos estudos do sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss (1872-1950) e diz respeito aos estudos aprofundados dos circuitos de troca. Os desdobramentos dos estudos de Mauss deram origem a um conjunto consistente de críticas ao paradigma utilitarista (associado à economia de mercado) e propõem um novo paradigma: o paradigma da dádiva. Tal paradigma contraria várias ideias defendidas no campo da economia, notadamente os que defendem a economia

de mercado. Enquanto na economia de mercado a troca mercantil libera as partes da dívida mediante pagamento, as trocas baseadas no sistema da dádiva criam ou fortalecem a obrigação. Esta obrigação permeia ininterruptamente o ciclo dar-receber-retribuir. Alguns estudiosos chamam esta obrigação de “dívida de vida”.

Sendo assim, na perspectiva do paradigma da dádiva, há um “endividamento mútuo positivo”. Cada indivíduo, ao participar da tríplice ação dar-receber-retribuir, sente que recebe mais do que dá. Este sentimento, então, mantém os vínculos sociais e explica a “sensação” contínua da obrigação de retribuir. Seria o dom criando dívidas que jamais se extinguem.

Figura 1 – Esquema interpretativo da tríplice ação dar-receber-retribuir



FONTE: RIGO (2014, P. 75).

Feito este preâmbulo sobre a primeira abordagem dentro da NSE, voltamos nosso foco para a segunda abordagem, que busca compreender um campo de práticas denominado de economia solidária com base no conceito de economia plural.

A **abordagem da Economia Solidária** dentro da NSE está intimamente relacionada com a ideia de economia substantiva ou economia plural, que questiona a separação entre a economia e a sociedade. De modo geral, a economia solidária entende a economia de modo diferenciado e ampliado, pois considera como econômicas não apenas as práticas mercantis, mas uma série de atividades de troca, produção e consumo, tais como as atividades de redistribuição (realizadas pelo Estado) e as práticas não monetárias, baseadas na reciprocidade e na dádiva, como visto.

Os estudos e as pesquisas desta abordagem promovem uma dupla contribuição: de um lado, uma análise mais apropriada da relação economia-sociedade; e de outro, uma análise de experiências empreendidas no seio da economia solidária. Sendo assim, o que se entende por economia solidária engloba um amplo leque de experiências e, nelas, busca-se reconhecer a dimensão social, enfatizando valores como solidariedade, cooperação e equidade.



1º Desafio

1. Faça um esquema interpretativo relacionando a ideia de economia solidária e gestão social. Aponte semelhanças e diferenças usando conhecimentos adquiridos nos fascículos anteriores.

Nos próximos tópicos, aprofundaremos a noção de economia plural apresentando seus princípios definidores. A base da noção de economia plural é de Karl Paul Polanyi, nascido em 1886. Conhecido por sua oposição ao pensamento econômico tradicional, Polanyi insere-se no que se denomina comumente de vertente heterodoxa da economia, aproximando-se das abordagens institucionalistas e substantivista do pensamento econômico. Sua principal obra foi “A grande transformação”, de 1944, sob a qual nos debruçamos para apresentar, resumidamente, neste fascículo.



Link para outra abordagem

A economia solidária se relaciona estreitamente com a ideia de território na medida em que compartilham elementos conceituais, como cooperação, equidade e o domínio das comunidades sobre o seu próprio destino. Ações de **desenvolvimento local** podem ser compreendidas sob ambas perspectivas. As práticas em economia solidária no Brasil estão intimamente relacionadas, em maior ou menor grau, com a promoção do desenvolvimento de territórios. No entanto, se referem a um tipo de desenvolvimento endógeno que considere soluções coletivas e privilegie novas formas de regular as relações econômicas e sociais. Esta maneira de conceber as ações em economia solidária é entendida por França Filho (2007) como uma “via sustentável-solidária do desenvolvimento”, que parte da premissa de que as soluções para o desenvolvimento dos territórios são coletivas “baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais”.



3.

Economia plural e os princípios econômicos



A noção economia plural parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e a natureza admitem uma pluralidade de princípios econômicos que vão além daquele da orientação para ganho, típico da economia de mercado. Contrariamente a esta abordagem “formal” (ou “tradicional”) da economia, Polanyi (2000 e 2011) propõe uma abordagem histórica e antropológica para o entendimento do fato econômico. Para ele, a economia é “o conjunto de fenômenos que decorre da dependência do homem ao contexto da natureza e de seus semelhantes”. Ou seja, qualquer ação econômica não pode ser entendida separada das relações e ações sociais.

Ao longo do tempo, diferentes maneiras de trocar bens e serviços ocorrem, tais como: o mercado (ou escambo), a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade. Esses “princípios de integração econômica” são lógicas estruturantes de produzir, consumir e transferir bens.

1. escambo: um modelo de mercado em que os excedentes de mercadorias são trocadas entre si com base em equivalência. Por exemplo, um escravo era equivalente a quatro sacos de trigo.

2. redistribuição: requer um modelo institucional centralizado em que a decisão sobre a repartição do excedente ou do que foi produzido é tomada pela administração central. Por exemplo, o governo e a redistribuição de parte das colheitas. Ou, nos dias de hoje, a oferta de serviços públicos mediante o pagamento de taxas e impostos.

3. reciprocidade: encorajada por um modelo institucional simétrico sem a necessidade de uma centralização da autoridade.

4. domesticidade: centrada em relações familiares de produção e subsistência.

O princípio do mercado diz respeito ao estabelecimento de uma relação de preço entre vendedor e comprador. No segundo, a redistribuição, a produção coletiva é distribuída por uma instituição central (o Estado), e a relação é estabelecida entre a autoridade central e os agentes sujeitos à redistribuição. Esses dois princípios são os mais amplamente estudados e ilustrados por Polanyi e também os que mais foram (e são) alvos dos debates em torno das suas ideias.

No intuito de entender o princípio da reciprocidade na contemporaneidade (tendo em vista o foco polanyiano nas sociedades primitivas), podemos fazer analogia deste princípio com as organizações e lógica de ação no campo da economia solidária. Nesse sentido, é na economia solidária (e não na filantropia capitalista) que se pode encontrar ideias e práticas que traduzem a preponderância do princípio da reciprocidade (que se confunde com solidariedade, no caso), tais como: a busca de uma igualdade econômica e política; a vontade de fazer convergirem interesses entre produção, consumo e financiamento; a promoção de práticas autogestionárias; a integração de todos e a preocupação com os efeitos da produção e do consumo sobre gerações futuras.

O princípio da domesticidade (*householding*) para Polanyi é dominante em grupos fechados como a família ou a vila, dentro dos quais a organização interna pode ser caracterizada tanto pela democracia como pelo despotismo. A domesticidade aparece por meio de um conjunto de normas e regras de um grupo relativamente fechado que garante a produção e o compartilhamento dos recursos para a satisfação das necessidades dos membros deste grupo. Nesse processo, configura-se certo nível de estabilidade e de unidade ao processo econômico.

Pensando neste princípio econômico na sociedade atual, podemos identificar dois aspectos básicos. O primeiro se refere a formas de produção para uso e compartilhamento do grupo. O segundo diz respeito a ideia de identidade. No entanto, as formas de produção e compartilhamento se relacionam estreitamente com a formação da identidade do grupo. Ou seja, laços sociais são definidos e construídos a partir das formas de produzir e compartilhar.

2º Desafio

1. Se a construção da identidade de um grupo é um processo contínuo ao longo da existência desse grupo, como compreender as formas de produzir e compartilhar como componentes desse processo?

Link para outra abordagem

Transpondo o entendimento de domesticidade para a sociedade atual, estudos apontam para experiências de “economia popular”. Sendo assim, a integração dos princípios da domesticidade com o do mercado é evidente.

A noção de economia plural, então, se apresenta como um processo institucionalizado e político no qual a domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição e as trocas mercantis são formas institucionais a partir das quais a sociedade atual organiza a produção, a circulação e a repartição de bens e serviços. Essa visão é diferente da visão de economia tradicional para qual o mercado é a matriz principal da sociedade.

Esta concepção mais ampla e flexível do que é economia permite vislumbrar um campo de possibilidades de instituições, formas organizacionais e atividades informais que combinam lógicas, objetivos, atores e diversas formas de troca. A nosso ver, o campo da gestão social e, dentro dele, as práticas de economia solidária são os principais exemplos.

A análise dos princípios permite ainda entender não apenas como as fontes de recursos circulam e são distribuídas, mas também compreender como elas são apropriadas pelos envolvidos. As formas particulares de organização da produção dentro de determinados sistemas sociais, por exemplo, permitem diferenciar uns dos outros e compreender os princípios de maneira interdependente.

Interdependência! Ao fim desta sessão, aprendemos que, embora os princípios econômicos sejam múltiplos, e não apenas o princípio do mercado predomina no entendimento da economia real, as experiências devem ser compreendidas levando em consideração a existência e a interdependência entre eles. Ou seja, em cada experiência um ou outro princípio pode prevalecer, mas outros podem estar presentes e combinados de diferentes maneiras. Estas combinações envolvem, então, o estreitamento do econômico com o social.

3º Desafio

1. Visite na internet a página de uma experiência de economia solidária. Elas são comumente chamadas de Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Leia as informações disponíveis e encontre indícios dos princípios de integração econômica vistos aqui.



Imbricação: movimento dos princípios econômicos para se manterem integrados. Assim, a economia real se imbrica em outras esferas da vida, as quais não se revelam unicamente em termos de ganho material.

Desimbricação: movimento da economia de mercado capitalista de se separar das outras esferas da vida.

3.1 O estreitamento entre os princípios econômicos e seus dois movimentos

Como visto, a noção de economia plural remete a um movimento de integração entre os princípios econômicos dentro de uma economia real. No entanto, o princípio do mercado, que se pretende dominante na nossa sociedade capitalista, promove um movimento de desintegração. Ou seja, a lógica de mercado (no seu sentido capitalista) promove um movimento de separação entre o que considera econômico e o “resto”, no caso, as relações sociais.

Ocorre, então, o que Polanyi chama de **duplo movimento** – também chamados de **imbricação** e **desimbricação** – entre os princípios econômicos. O movimento de imbricação está associado a uma noção de economia real, na qual as relações econômicas não se limitam ao mercado e os outros princípios forçam um movimento para dentro da economia, como vimos

anteriormente. A desimbricação implica um movimento do mercado ao tentar se separar das outras esferas da vida, buscando se tornar único no seio das relações econômicas.

Para Polanyi (2000), a centralidade da lógica do ganho foi legitimada e generalizada em diferentes momentos no curso da história, mas esta não é uma lógica natural da sociedade e dos indivíduos. Sendo assim, movimento para o ganho é criticado por Polanyi, pois ele entende que essa lógica conduz à destruição do “tecido” social. Ou seja, a sociedade é entendida como um “tecido” composto por vários princípios e lógicas econômicas e sociais que formam um emaranhado de relações que não podem ser desfeitas. Uma vez que a lógica do ganho tenta se separar das relações sociais (movimento de desimbricação, como visto), esse tecido social é “rasgado”.



4º Desafio

1. Mas, se as lógicas do mercado e do ganho material são dominantes na nossa sociedade capitalista, como compreender a economia como economia plural?

Quarto desafio: reflita sobre essa questão.



3.2 Modalidades de imbricação na economia real

Como vimos, os princípios se integram e formam arranjos diferentes. Esses arranjos, que são vistos como modalidades, é a imbricação. Uma dessas modalidades e talvez a mais comum é a da imbricação do princípio do mercado com o da redistribuição, dando origem à regulação pública.

Nesse sentido, um conjunto de regulações públicas é necessário para tentar permitir o próprio princípio do mercado, ou o *laissez-faire* (comumente conhecido como mercado autorregulável). Ou seja, uma série de instituições públicas é necessária para controlar a efetividade do cumprimento das regras. Nesse sentido, a imbricação da economia nas regulações públicas é condição para a própria tentativa de separação entre a economia e o Estado.

Para se proteger do movimento de separação do mercado das relações sociais, a sociedade reage no sentido de proteger-se. Afinal, o tecido não pode ser rasgado. Esse movimento de imbricação acaba apresentando ao mercado certas normas e instituições garantidoras de outras lógicas para além da lógica do ganho. Por exemplo, as legislações relativas ao mercado de trabalho.

Uma segunda modalidade de imbricação é a mobilização do princípio da redistribuição e do princípio da reciprocidade, mesmo porque o progresso do mercado não significa o desaparecimento de relações econômicas movidas por outras lógicas diferentes da lógica do ganho material. A lógica

da redistribuição, organizada pelo Estado, mostra a imbricação da economia nas políticas públicas e a presença da reciprocidade atesta a imbricação da economia na cultura, movida por uma diversidade de movimentos que combinam interesse pessoal, altruísmo e solidariedade.

Em resumo, Polanyi (2000) nos apresenta um duplo movimento que caracteriza a sociedade ocidental. De um lado, o movimento de desimbricação que ocorre quando a lógica da troca mercantil se reduz unicamente ao ganho e tenta dominar a sociedade. Isso se deu, principalmente, com a introdução da ideia de mercado autorregulável no Ocidente, em 1834, na qual o homem, a natureza e a moeda se tornaram mercadorias. No entanto, um movimento contrário tende a “proteger” a sociedade da atividade econômica unicamente voltada para o ganho, impedindo a separação entre o econômico e o social que fatalmente traria consequências devastadoras. Esse segundo movimento, de certa forma reativo, é um movimento de imbricação da economia com o social, o político e o cultural.

Essa tensão entre a imbricação e a desimbricação constitutiva da economia na modernidade democrática pode ser resumida no quadro a seguir.

5º Desafio

1. Explique por que para Polanyi o mercado autorregulável é uma utopia.

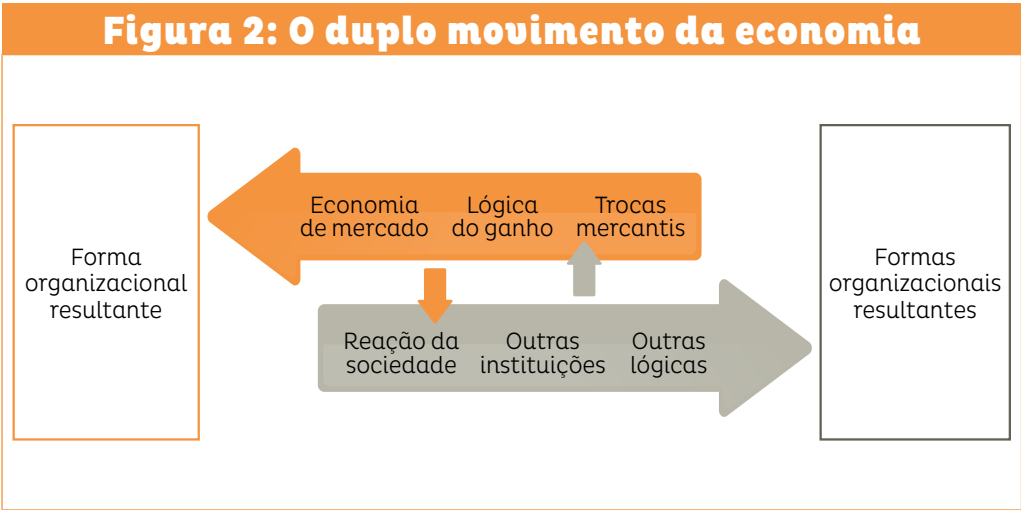


O duplo movimento é uma dialética segundo a qual de uma parte a economia se desimbrica da sociedade, reduzindo-se a trocas mercantis impulsionadas pelo movimento do ganho que se torna o único princípio organizador e que invade as outras esferas da sociedade.

De outra parte, a sociedade reage para se proteger dos efeitos devastadores deste mercado autorregulável imbricando-se na economia, e a submetendo a instituições garantidoras de uma pluralidade de outras lógicas além da do movimento único para o ganho.



A Figura 2 mostra que, quando o mercado se movimenta para se separar das lógicas sociais, ocorre um movimento contrário que insiste em manter as relações sociais nas relações econômicas porque estas são, originalmente, atreladas ou enraizadas. Além disso, o primeiro movimento, o de desimbricação da economia, restrito ao mercado autorregulável, expressa a tendência de apenas um tipo de empresa. O segundo movimento, o de resposta da sociedade, expressa a tendência de uma economia plural e a presença de múltiplas formas de organizações.



FONTE: ?????



6º Desafio

1. Na Figura 2, procuramos esquematizar o duplo movimento de imbricação e desimbricação entre o princípio econômico do mercado e dos demais princípios econômicos considerados na abordagem da economia plural. A partir dela, aponte as possíveis formas organizacionais que podem surgir nessa tensão entre os princípios.

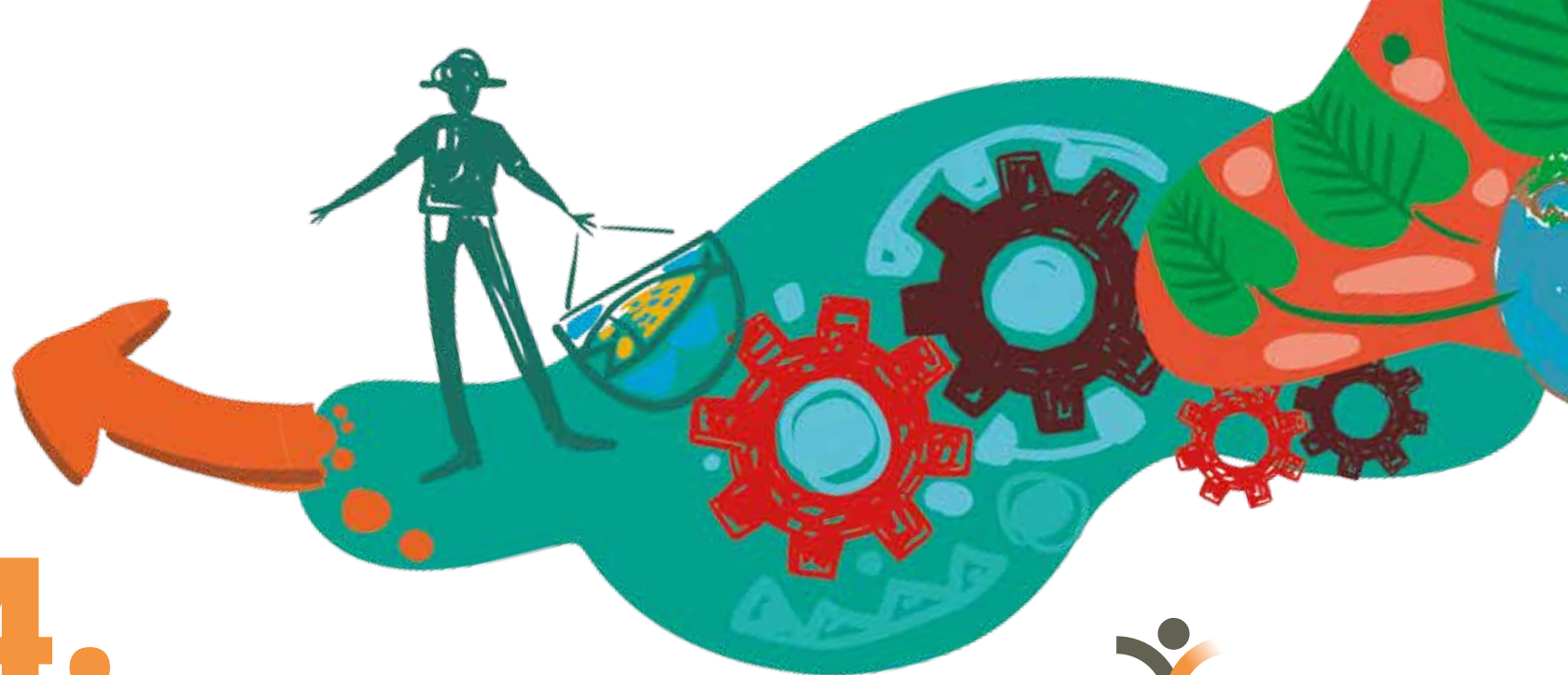
Nos próximos tópicos, apresentaremos a experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e o uso de moedas sociais no Brasil. Como vimos, essas experiências são bons exemplos para compreendermos como os princípios econômicos são múltiplos e nem sempre a lógica do ganho prevalece nas relações econômicas.

O caso dos BCDs e das suas moedas sociais são emblemáticas experiências dentro do campo de conhecimento da gestão social e do campo de práticas da economia solidária. Para muitos estudiosos, este tipo de prática social é reflexo da criação de instituições que vão se inscrever nos espaços públicos, socializando o mercado e permitindo o desenvolvimento de outras iniciativas diferentes de empresas capitalistas.

Nosso exercício a partir de agora é associar estas experiências próprias da economia solidária com a noção de economia plural aprendida até agora. Para começar, partiremos da premissa de que essas experiências são

resultado do movimento reativo da sociedade diante da tentativa de separação entre mercado e sociedade. Vários podem ser os exemplos práticos que nos permitem compreender os resultados de um movimento de imbricação da sociedade, diante de um movimento de desimbricação. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e o uso de moedas sociais podem ser vistos como reações da sociedade na tentativa de reapropriação do dinheiro que se tornou mercadoria e passou a orientar uma nova sociedade a partir de uma lógica de mercado dominante. Nesse contramovimento, reapropriar-se da moeda pode significar a tentativa de tomar em mãos o destino da própria comunidade.

No entanto, antes de apresentarmos os BCDs e as moedas sociais, retomaremos as formas de integração econômica entre os princípios polanyianos para identificar o potencial das ações de economia solidária para construir novas relações entre reciprocidade e redistribuição e reciprocidade e mercado.



4.

Economia Solidária e princípios econômicos: **aproximações com a prática**

A análise da economia solidária a partir da interdependência dos princípios da economia substantiva, principalmente aquela da reciprocidade, permite-nos compreender os laços com o mercado e com o Estado. Para isso, é importante reconhecer a economia solidária para além da forma reciprocitária (tipicamente relacionada a teoria da dádiva, como visto anteriormente), mas como campo que nos permite visualizar diferentes formas de interdependência entre os princípios econômicos.

Como forma de integração, o princípio da reciprocidade ganha muita eficácia quando ele pode utilizar a redistribuição e a troca como métodos subordinados. Podemos alcançar a reciprocidade compartilhando os resultados do trabalho segundo regras

precisas de redistribuição. Por exemplo, quando os ganhos do trabalho são distribuídos conforme a quantidade produzida por cada um numa cooperativa de produção. O fato é que essas duas formas de integração – reciprocidade e redistribuição – geralmente se praticam juntas nas práticas de economia solidária.

A relação entre reciprocidade e mercado também pode ser vista na economia solidária se levarmos em conta que o princípio da reciprocidade não é oposto às trocas mercantis. O princípio da reciprocidade reconhece o princípio do mercado, mas o integra e o sobrepõe mantendo como prioridade valores como solidariedade e cooperação.



Apenas reflita!
Cada princípio de integração econômica contém em si mesmo, como idealidade, uma dimensão utópica. Ele é utópico no sentido em que ele é um projeto, um sistema de justificação, uma direção dada ao funcionamento geral da sociedade ou aquele de uma organização particular. Mas toda tentativa de lhe reduzir concretamente a um único princípio corre o risco de se tornar totalitário. (Servet, 2013, p. 203)



Sendo assim, a solidariedade deve ser entendida como elemento de um “todo” que inspire políticas de desenvolvimento que ultrapassem as dualidades mercado-Estado, por exemplo. A interdependência entre os princípios não significa desconsiderar a hierarquia entre eles. Os princípios se articulam uns aos outros, mas uns se sobrepõem aos outros. No caso da economia solidária, existe um notável potencial de mobilizar reciprocidade mais o do que em ações de filantropia que são associadas à lógica do mercado.

Da mesma forma, por exemplo, o princípio da domesticidade pode ser percebido como dominante no seio da chamada economia popular (que, muitas vezes no Brasil, se confunde com práticas de economia solidária, podendo mesmo ser entendidas da mesma forma), marcando também a presença dos três outros princípios. É no seio de uma economia popular, comumente informal, que surgem novas estruturas familiares e comunitárias que servem à subsistência (e sobrevivência) de grande parte da população. Redes familiares, por exemplo, compartilham moradia e recursos (dividindo contas de água e energia, por exemplo). A domesticidade se integra ao mercado quando, por exemplo, a produção familiar (ateliers de produção em casa que utilizam mão de obra e conhecimentos dos membros da família) é orientada para o mercado, mas obedece a normas internas de compartilhamento no seio da família, tanto dos produtos quanto do resultado das vendas.

Para França Filho (2006, p. 58) “a economia popular diz respeito a um conjunto de atividades de produção e comercialização ou prestação de serviços efetuadas coletivamente (e sob diferentes modalidades de trabalho associado) pelos grupos populares”.

França Filho e Silva Júnior (2006, p. 66) destacam que a economia popular é orientada pela necessidade de produzir para “garantir condições materiais imediatas da vida das pessoas. [...] Funciona, portanto, no plano de uma reprodução simples da vida, representando apenas uma extensão da unidade familiar”.

Neste ponto, é importante evidenciar a diferença de uma economia dita popular do entendimento da economia solidária. A capacidade da economia popular de construir e agir em espaços públicos é relativamente pequena e restrita ao comunitário. Na economia solidária, o nível de organização é maior, inserido num movimento político-ideológico

que não se limita à reprodução simples da vida (FRANÇA FILHO e SILVA JÚNIOR, 2006). O movimento da economia solidária busca soluções para os problemas econômicos e sociais, articulando atores e mobilizando instituições e recursos públicos.

Voltando aos movimentos de integração de princípios econômicos no âmbito da economia solidária, um conjunto amplo e diversificado de práticas e formas de produzir, consumir, trocar e financiar serve como realidade para analisar os princípios e suas formas de integração, tais como o comércio equitativo, a produção e o consumo responsáveis, as hortas comunitárias, as redes de trocas, as microfinanças, os BCDs e as moedas sociais. Esses e outros exemplos são formas de mobilizar reciprocidade das mais simples às mais complexas.

Grande parte das diferentes ações e intervenções nos territórios se baseia na constituição de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) dos mais variados tipos, tais como: cooperativas populares de diferentes ramos, associações de moradores, e/



Link para outra abordagem

A existência do princípio da domesticidade está relacionada com a proteção e a subsistência da família, e não implica necessariamente a ausência de relações de dominação. Por exemplo, as relações de dominação baseadas nas **relações de gênero**.

ou de produtores, grupos de trabalho como os de artesões, catadores de lixo, mulheres, jovens, entre outros. Segundo França Filho (2007), os empreendimentos de economia solidária são experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais. Sob esse aspecto, a economia solidária se relaciona com outras possibilidades de se viver em sociedade, não se restringindo às esferas do mercado e do Estado.

4.1 Os BCDs e as moedas sociais enquanto experiências de economia plural

No Brasil, a origem dos BCDs remete à experiência do Banco Palmas, localizado no bairro chamado Conjunto Palmeiras, da cidade de Fortaleza, Ceará, criado em 1998. No caso, a associação de moradores deste bairro foi a promotora dessa iniciativa diante da necessidade de enfrentar as dificuldades da comunidade relativas à baixa renda e à escassez de oportunidades de trabalho. A partir desta experiência, repercussões positivas, não apenas no próprio bairro, mas em todo o Brasil podem ser notadas (FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009; BORGES, 2011).

A partir da criação do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (comumente chamado de Instituto Banco Palmas), em 2003, e com o estabelecimento de parcerias com outras instituições públicas e privadas, uma rede brasileira de bancos comunitários vem se



FONTE: NESOL (2017)

constituindo. Em 2004, foi criado o segundo BCD no Brasil, também no Ceará; em 2009, eram 49 BCDs; e, em maio de 2012, a rede brasileira se constituía de 78 BCDs. No fim de 2013, eram 103 BCDs localizados em vários estados: 52 BCDs no Nordeste; 16 na região Norte; seis na Centro-Oeste; 25 na

região Sudeste e três BCDs no Distrito Federal. O estado com maior número de BCDs é o Ceará (37), seguido de São Paulo (dez) e da Bahia (oito). A Figura 2 detalha a distribuição dos BCDs por estado brasileiro. Como podemos perceber no mapa da Figura 3, hoje são 115 BCDs espalhados pelo País.

<<<
Imagem
em baixa
resolução



No entanto, foi nos últimos cinco anos que as formas de apoio governamental têm se diversificado e se ampliado no âmbito do apoio à constituição dos BCDs no Brasil. De acordo com França Filho e Silva Júnior (2009), é no âmbito do Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários, proposto pelo Instituto Banco Palmas à Senaes/MTE, que as principais ações relativas aos BCDs se estruturam e se financiam. Neste processo, a intervenção direta das Entidades de Apoio e Fomento (EAFs), as quais detêm a metodologia de criação dos BCDs, é fundamental. Atualmente, cinco EAFs atuam de maneira interdependente na consolidação da Rede-BCDs com o aporte dos recursos da Senaes/MTE: o próprio Instituto Banco Palmas, com o papel da coordenação nacional e criação de novos BCDs no estado do Ceará; a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento de Territórios da Universidade Federal da Bahia (ITES/EAUFBA), responsável pela criação e pelo apoio aos BCDs nos demais estados da região Nordeste; o Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo, Nesol-USP, e a Organização Não Governamental Ateliê de Ideias do Espírito Santo, que dividem os trabalhos com os BCDs das regiões Sudeste e Centro-Oeste; e o Instituto Capital Social, com o apoio do BCD Tupinambá no Pará, que se encarrega dos BCDs da região Norte. Com o desenvolvimento da rede BCDs, outras entidades estão se envolvendo e apoiando a constituição de novos BCDs.

As formas de criação e de apoio aos BCDs destas entidades variam conforme a *expertise* de cada uma e das especificidades da região ou território. Desse modo, muitos arranjos institucionais podem ser feitos, mas alguns aspectos são comuns e são compartilhados em termos metodológicos pelas cinco entidades envolvidas. A principal delas diz respeito à identificação de uma demanda concreta do território que se manifeste coletivamente e que indique certa mobilização endógena em torno da proposta. Esse aspecto é fundamental, tendo em vista que é a própria comunidade organizada que faz a gestão das atividades do BCD e dos recursos envolvidos.

Entre as particularidades dessas organizações e seus aspectos básicos de funcionamento, destacam-se quatro: a gestão coletiva dos recursos e atividades; as linhas de crédito; os mecanismos sociais de controle; e o uso de moedas sociais circulantes locais. A seguir, detalharemos cada um desses aspectos.

Nos BCDs, a **gestão coletiva dos recursos e das atividades** marca seu papel enquanto tecnologia social apropriada pelos membros de uma comunidade. Esta “marca” parece importante em dois principais momentos: durante a implementação do BCD e, obviamente, durante o seu desenvolvimento. No primeiro momento, é importante a manifestação coletiva do interesse e a constituição de espaços institucionalizados nos quais as opiniões se manifestam e as decisões são tomadas. Tipicamente, são constituídos dois espaços apropriados à gestão coletiva: o Conselho Gestor e o Comitê

de Análise de Crédito (CAC). As composições e representações nesses dois espaços são definidas pelos membros da comunidade envolvidos no processo de constituição do BCD.

O Conselho Gestor diz respeito às assembleias de ordem mais geral, nas quais participam lideranças comunitárias e representantes de organizações locais, públicas e outras parceiras do BCD. Nessas assembleias, são traçadas diretrizes e tomadas decisões vinculadas às ações do BCD, como novas parcerias, captação de recursos etc. Por fim, o CAC se constitui de um grupo de gestores do BCD (denominados agentes de crédito), mas que também conta com lideranças e representantes do território. Sua tarefa é se reunir para



discutir e decidir sobre as solicitações de crédito demandadas. Além desses, os BCDs podem criar outros espaços e compor sua gestão como julgarem mais adequado. Em todos esses espaços, os agentes de crédito são membros importantes. Estão diretamente ligados ao recebimento, à análise e à cobrança (se necessário) das solicitações e concessões do crédito nas mais diferentes linhas.

As **linhas de crédito** mais comuns são: a) Crédito Produtivo, direcionada à criação ou ao desenvolvimento de micro, pequenos e médios empreendimentos, individuais ou coletivos; b) Crédito para Consumo, destinada a empréstimos de pequena monta, sem juros e oferecidos em moeda social local. O intuito é tanto estimular o consumo dentro da comunidade por meio do uso de um circulante local quanto satisfazer necessidades em caráter de urgência dos solicitantes do crédito. Além disso, as linhas de crédito se

baseiam em juros baixos (de 1% a 2,5% ao ano) que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho para a comunidade.

O julgamento das solicitações de crédito e sua eventual cobrança possuem um caráter original, pois se fundamentam num **mecanismo social de controle** entre os membros da comunidade e não no formalismo regido por legislações e um número excessivo de formulários e documentos. Neste processo, a sensibilidade dos agentes de crédito e sua relação com a vizinhança são importantes, pois informam o CAC sobre as especificidades dos pedidos, e este toma a decisão de emprestar ou não com base nessas informações, na situação dos recursos do BCD e no histórico dos pagamentos do solicitante no BCD. Nesse processo, não são considerados, tipicamente, a situação do solicitante em outros bancos ou nos sistemas comuns de proteção ao crédito (SPC ou Serasa, por exemplo). Esse processo inteiro enfatiza a importância das relações comunitárias, em que os agentes de crédito expõem as solicitações de crédito da comunidade ao CAC, dentro do qual aspectos relacionais são os fatores preponderantes nas análises de crédito.

No intuito de estimular a produção e o consumo local, o BCD cria e mantém no território instrumentos de incentivo ao consumo, tais como cartão de crédito e a **moeda social circulante local**. Ao se tornarem legítimos no território, o que exige um processo relativamente longo de sensibilização, desempenham papel importante não apenas na circulação interna da riqueza (notadamente econômico), mas social e identitário. O uso da moeda social no território acaba

desempenhando também um papel pedagógico e simbólico que envolve a noção de apropriação cidadã da moeda, a história e a identidade do lugar.

Entre essas peculiaridades, França Filho e Silva Jr. (2009, p. 103) destacam a “garantia e controle baseados nas relações de proximidade e confiança mútua”. Tais relações possibilitam não apenas o pagamento dos empréstimos, mas também a eficácia da circulação da moeda social. Tendo em vista serem estes mecanismos algo “paralelo” ou “complementar” ao legalmente constituído (o real, a moeda oficial do país), pode-se inferir que as relações de proximidade e de confiança apoiam sobremaneira as relações socioeconômicas e de troca com o uso da moeda social.

Recapitulando as características do funcionamento dos BCDs:

- a. a coordenação do banco e a gestão dos recursos são efetuadas por uma organização comunitária;
- b. as linhas de microcrédito para a produção e o consumo local pautam-se sob juros justos, que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho a toda a comunidade;
- c. a concessão e a cobrança dos empréstimos baseiam-se em relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle muito mais social do que econômico;
- d. a criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – moeda social circulante local – é reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores como meio eficaz para a dinamização da economia local.



4.2 Moedas sociais circulantes locais na prática dos BCDs

Uma moeda social é uma forma de meio de pagamento instituído e administrado por seus próprios usuários, os quais podem ser um grupo, uma comunidade ou mesmo uma região. Existem diversas experiências de uso de moedas sociais em redor do mundo. Cada experiência possui suas características próprias baseadas nas necessidades dos grupos que as criaram. Além disso, estas experiências recebem outras denominações dependendo do contexto em que estão inseridas e de alguns aspectos próprios. Podem ser chamadas de moedas regionais, moeda paralela, moeda completar ou mesmo moeda cidadã.

No Brasil, são frequentemente denominadas “moedas sociais”. De acordo com França Filho e Silva Jr. (2009), a razão para a denominação “moeda social” diz respeito ao fato de elas estarem a serviço das comunidades que as criam e implementam no intuito de elas apoiarem na resolução dos seus problemas sociais e econômicos. Para os autores, o adjetivo “social” reflete também um princípio (e ao mesmo tempo uma prática) no seio dessas experiências: o de controle social e político do econômico, exercido pela comunidade organizada. Para isso, o sentido de economia se pauta na sobreposição do social sobre a lógica mercantil. Ou seja, no sentido da economia plural.

No Brasil, existem principalmente dois tipos de moedas sociais. Aquelas que são criadas pelos associados de um clube de trocas e aquelas criadas pelos BCDs no âmbito do seu modo de funcionamento. Os primeiros se caracterizam

por se organizarem em torno da troca direta (sem o uso de moeda) ou indireta (usando moedas sociais) de bens e serviços de modo sistemático. Já os BCDs são relativamente recentes no País e têm se destacado pela difusão das experiências e pelas particularidades apresentadas anteriormente.

Os clubes de trocas são grupos de uma comunidade que se reúnem para promoverem as trocas de produtos, serviços e saberes entre seus membros. Cada clube se organiza e constrói uma metodologia adequada à sua realidade, definindo, por exemplo, os períodos de reuniões, formas e os instrumentos para mediar as trocas. Sendo assim, constrói-se um “mercado de trocas que conta com a figura dos ‘prossumidores’, participantes que são ao mesmo tempo produtores e consumidores. [...] O sistema favorece ainda a cultura de consumo consciente e fortalece as relações comunitárias” (BRASIL, 2013). No intuito de facilitar as trocas, alguns clubes criam moedas sociais que se tornam o meio de troca como alternativa quando não ocorrem trocas diretas de produtos ou serviços. Os clubes de troca brasileiros, da forma como se apresentam hoje, foram diretamente inspirados nos clubes de troca argentinos e canadenses. São também vistos como alternativas encontradas pelos grupos para adquirirem e fornecerem bens e serviços em contextos econômicos difíceis.

No Brasil, o primeiro clube de troca foi inaugurado em 1998, em São Paulo, no município de Santo Amaro.

Em 1999, surgiu a experiência no Rio de Janeiro, seguida por outras cidades brasileiras, como os clubes de troca da comunidade Ruben Berta, em Porto Alegre; o clube de Jardim Rubilene, em São Paulo; e o Grupo de Economia Popular e Solidária (Geps), em Vitória da Conquista, na Bahia.

Como visto, grande parte das moedas sociais existentes hoje no Brasil foi criada por Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Elas são parte importante de um conjunto mais amplo de ações desses BCDs que envolve a prestação de serviços bancários e financeiros, incluindo o acesso ao crédito, e uma série de ações na comunidade atreladas a um objetivo maior de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, os BCDs são vistos como uma tecnologia social intimamente ligada às estratégias de gestão desse processo de desenvolvimento, tendo na comunidade seus principais protagonistas.

Figura 4 – Fotografia de um conjunto de moedas sociais dos BCDs brasileiros



FONTE: RIGO (2014, P. 44)

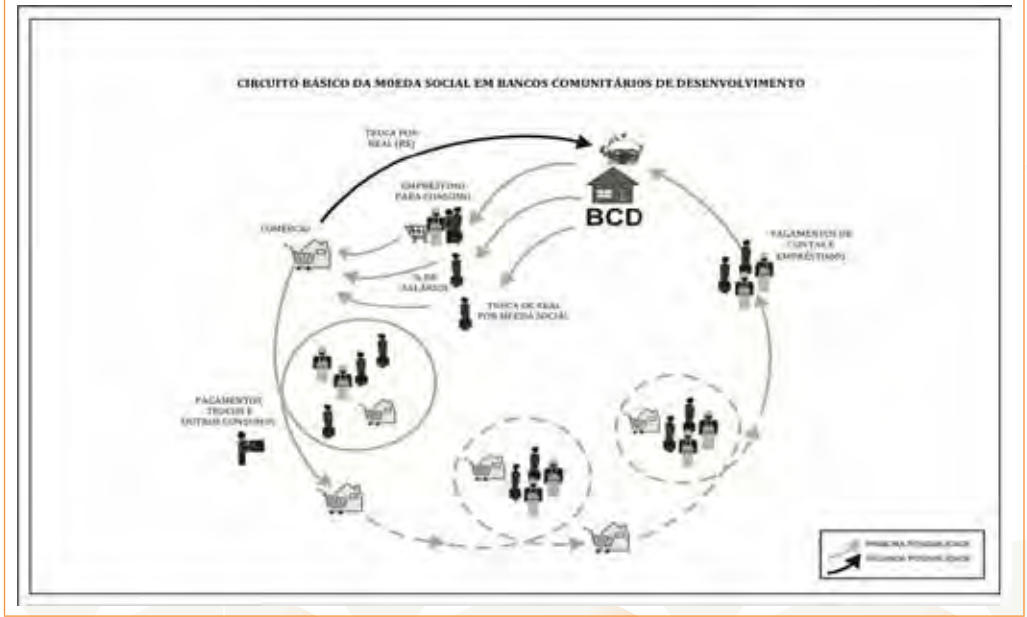
No entanto, o processo de implementação das moedas sociais nos territórios exige capacidade e criatividade dos BCDs para enfrentar desafios. No caso da criação da moeda palmas (P\$), a estratégia do Banco Palmas foi a de construir a escola comunitária usando a moeda social para pagar metade das despesas da obra. Sendo assim, as palmas foram usadas para pagar parte dos salários dos trabalhadores (mão de obra local) e a parte do material de construção que pôde ser encontrado no comércio do bairro.

Foram empreendidos vários esforços para que a moeda passasse a circular de maneira mais ampla. Um desses esforços foi sensibilizar os comerciantes locais para que aceitassem a moeda social como meio de pagamento, a partir de incentivos como a criação de linhas de crédito “a fundo perdido” e sem juros para os comerciantes que aceitassem receber o pagamento dos clientes em palmas. A partir das emissões das

moedas sociais, sua circulação também foi estimulada num processo relativamente longo de sensibilização dos comerciantes e dos demais moradores da comunidade.

A Figura 5 mostra, de modo geral, como ocorre o processo de circulação das moedas sociais a partir dos BCDs. Os usuários aderem ao sistema na medida em que passam a receber empréstimos, parte do salário ou trocam diretamente reais em moeda social no BCD. De posse das moedas, os moradores as utilizam nos comércios das comunidades que aderiram ao sistema (e passam a constituir o cadastro no BCD). Uma vez que os comerciantes recebem as moedas, utilizam-nas para dar troco ou para comprar mercadorias dentro da comunidade. Ao fim desse processo, estabelece-se a rede de produtores, comerciantes, prestadores de serviços e consumidores que usam a moeda social no seu dia a dia complementarmente ao real.

Figura 5 – Representação do circuito básico da moeda social nos BCDs



FONTE: RIGO (2014, P. 45).

Importa salientar, ainda, o papel relevante da moeda social na sua condição de tecnologia social apropriada pela comunidade: trata-se do seu potencial em reorganizar as economias locais. Tal reorganização consiste na utilização das “poupanças” dos moradores nas próprias atividades da comunidade. Ou seja, o consumo e a produção acabam por ser financiados por meio do uso da moeda social, gerando um ciclo de dinamização da economia local. O consumidor que, por motivos diversos, antes ia buscar seus bens e serviços fora da comunidade, é estimulado por uma relação de proximidade a realizar o seu consumo no comércio local. A ideia é que este processo possa potencializar o surgimento de novos postos de trabalho, bem como a criação de novos empreendimentos locais, notadamente familiares e Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

No entanto, há situações em que os comerciantes, ao receberem a moeda social num ato de consumo (de um tomador de crédito, por exemplo), não encontram possibilidades de abastecerem seu negócio com produtos de dentro da comunidade, encurtando, sobremaneira, o circuito da moeda social. Assim, o incentivo para a criação de novos empreendimentos deve ser constante, apontando também para a importância do estabelecimento de uma rede de empreendimentos.

Nota-se, ainda, que a oferta do microcrédito em moeda social e o seu uso criam uma relação paradoxalmente obrigada e desobrigada ao mesmo tempo. Trata-se de uma relação obrigada na medida em que o usuário tomador de tal crédito é levado obrigatoriamente a consumir

apenas na sua localidade. Por outro lado, trata-se também de uma relação desobrigada na medida em que prevalece a liberdade de usar ou não a moeda, tanto dos moradores quanto dos comerciantes locais, dentro de tal sistema. Estimula-se, neste tipo de prática, uma forma renovada de pedagogia política – isso porque o ato de consumir na própria comunidade permite reforçar um tipo de consumo que, de um lado, dinamiza a economia da comunidade, permitindo a ampliação da demanda e da oferta de bens e serviços; e, de outro, reforça os vínculos comunitários pela apropriação e uso

de um instrumento de fortalecimento da identidade local por meio da afirmação do sentido de pertencimento das pessoas a dada territorialidade, contrastando, assim, com um sentimento de baixa estima muito comum em territórios de exclusão.

Sobre essa desobrigação de usar a moeda social, estudos apontam como uma das grandes forças dos sistemas de moedas regionais ou locais, pois possibilita a criação de um círculo econômico saudável e sustentável. Ela caracteriza as diferentes experiências de criação e de uso de moedas complementares e sociais pelo mundo.



Curiosidades

- Você sabia que existem sistemas de uso de moedas sociais que funcionam com “juros negativos”? Sim, com o passar do tempo as cédulas perdem pequena parte do seu valor diminuindo o potencial de compra. O intuito é estimular o uso e desestimular a poupança.
- Você sabia que, na Europa, existe um grande número de moedas sociais e que este número cresceu exponencialmente a partir da última crise econômica? Sim, na Espanha, por exemplo, existiam duas experiências antes de 2009, aumentando para 70 em 2014.
- Você sabia que a Argentina contou com centenas de experiências de clubes de troca que usavam moedas sociais em decorrência da crise de 2001? Sim, milhares de pessoas recorreram aos clubes de troca para consumirem usando moedas diferentes. Elas eram tão frequentes e o volume era tão grande que até mesmo o sistema financeiro aceitava pagamento com essas moedas sociais.
- Você sabia que os BCDs e suas moedas sociais só existem no Brasil? Sim, baseada na experiência dos clubes de troca, o Banco Palmas inovou construindo uma metodologia própria e apropriada às condições do seu território.
- Você sabia que as moedas sociais dos BCDs no Brasil precisam ter lastro em real? Sim, para cada moeda social circulando na comunidade deve haver o mesmo valor em real guardado no banco. Isso é parte da metodologia e também uma exigência do Banco Central para garantir a estabilidade e a confiança no circuito.

5.

Reflexões e aproximações possíveis entre as experiências dos BCDs e das moedas sociais com a noção de economia plural

A criação de um banco comunitário e moeda social em um território marcado pela vulnerabilidade e pobreza são por si só um exemplo de organização comunitária e de inovação social. A prestação de serviços de acesso ao crédito para sua população tipicamente excluída do sistema financeiro tradicional pode ser vista como a mola propulsora do processo de desenvolvimento local.

O crédito produtivo, ofertado em moeda nacional, estimula o surgimento de inúmeros pequenos negócios locais e formas de obtenção de trabalho e renda. Na outra mão, o crédito ofertado em moeda social em situações de urgência estimula o consumo nos empreendimentos locais. Assim, a organização e o fortalecimento da produção e consumo locais oferecem novo rumo para capacidades já existentes

no território. Além disso, os BCDs oferecem frequentemente capacitações para os moradores a partir das várias parcerias que estabelecem dentro e fora do território. Como consequência esperada, o acesso ao crédito e o fortalecimento das capacidades para produzir e empreender associados ao uso da moeda social restrita à comunidade provocam a constituição de um círculo virtuoso e a dinamização das economias locais.

Então, como os BCDs e as moedas sociais podem ser compreendidos como experiências de economia plural que integram princípios econômicos? Muitas podem ser as aproximações neste sentido; apontaremos algumas delas com base em algumas combinações entre os princípios vistos anteriormente: mercado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade.



a. Mercado-Reciprocidade

A iniciativa da comunidade por meio do BCD da moeda possui o intuito de aumentar a circulação de riqueza e dinamizar a economia do território, mas seu modo de funcionamento privilegia formas de relações sociais igualitárias e não discriminatórias. Por exemplo, quando a solicitação de crédito é realizada por um consumidor que consta como devedor nos sistemas tradicionais de proteção ao crédito, o BCD não exige quitação por entender que o solicitante precisa estar em dia apenas com o crédito tomado no BCD que é da comunidade. Isso porque seu pagamento possibilitará o atendimento de novas demandas por outros moradores.

Outro exemplo é o papel econômico desempenhado pelas moedas sociais que, de modo geral, são objetos únicos que desempenham a maioria das funções econômicas tradicionais da moeda. Portanto, parecem mesmo com a ideia de moeda de mercado. No entanto, seu uso é desobrigado, sendo impulsionado apenas por relações de confiança construídas na comunidade e desta com o BCD.

b. Redistribuição-Reciprocidade

Como visto, os BCDs e as experiências de economia solidária são fundamentados, em primeiro lugar, pelo princípio da reciprocidade. Vimos que o próprio intuito de criar e gerenciar uma organização coletiva é proporcionar à

comunidade melhorias e acesso a recursos. A gestão democrática e coletiva permeia todo o processo. Por outro lado, estas organizações, de modo geral, são criadas para suprir necessidades locais que o Estado ou mesmo o mercado não suprem ou não suprem adequadamente. O acesso ao crédito é uma dessas necessidades. Os BCDs por meio da oferta de crédito produtivo e de consumo contribui para o processo de redistribuição da riqueza, uma vez que os fundos de créditos dos BCDs são, na maior parte dos casos, provenientes de recursos públicos (BNDES, Caixa, Banco do Povo).

c. Mercado-Reciprocidade

O mesmo raciocínio anterior pode ser feito se consideramos que o mercado, notadamente o mercado financeiro ou os bancos privados, não alcançam as populações mais pobres e excluídas do sistema financeiro tradicional. Baseados na reciprocidade, os BCDs acabam prestando um serviço que, tipicamente, é prestado pelo mercado.

d. Mercado-Domesticidade:

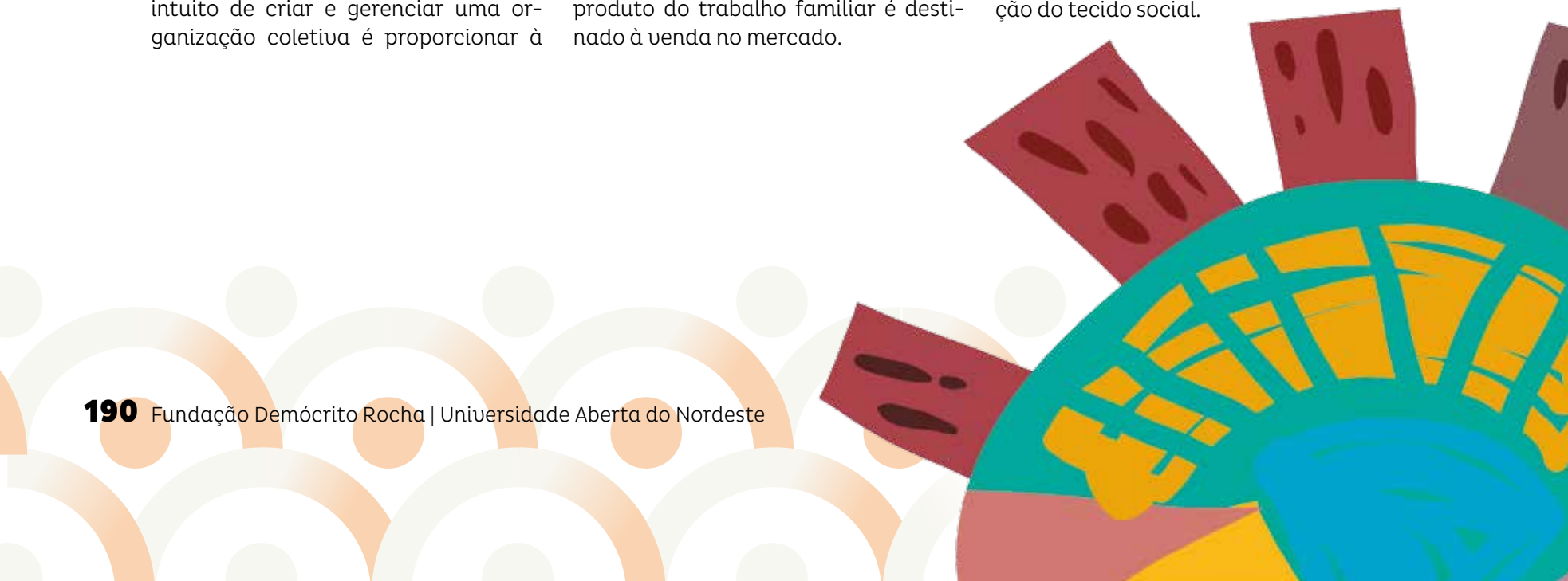
Muitos BCDs possuem linhas de crédito específicas para produção familiar. Como vimos, a domesticidade envolve o compartilhamento e a produção no seio da família ou da vila. O princípio do mercado aparece na relação quando o excedente produzido ou mesmo o produto do trabalho familiar é destinado à venda no mercado.

e. Redistribuição-Mercado:

O mesmo acontece com linhas de crédito provenientes de fundos públicos que redistribuem recursos por meio de empréstimos produtivos. Os resultados desse empréstimo é a criação de novos empreendimentos que atuarão no mercado local ou mesmo regional. Se pensamos numa linha de crédito voltada para produção familiar, temos a integração evidente de três princípios: Mercado-Redistribuição-Domesticidade.

Outras relações entre os princípios podem ser pensadas tomando como base a rica experiência dos BCDs e das moedas sociais. As reflexões aqui empreendidas apontam os BCDs e as moedas sociais como mecanismos a serviço de uma economia que movimenta e integra uma pluralidade de princípios econômicos. São experiências criadas num território com particularidades políticas, culturais, econômicas e sociais para estarem a serviço dos moradores. Portanto, cada BCD e cada moeda são únicos.

Então, se imaginarmos todo o campo de práticas da economia solidária, é possível imaginar que outra economia acontece. Uma economia plural – e, portanto, real – que destina a lógica do ganho para dar lugar a outras lógicas possíveis voltadas para a construção de relações e a manutenção do tecido social.



Síntese do Fascículo

Retomamos nossos objetivos propostos no início deste fascículo, os quais foram: a) apresentar a noção de economia plural e os conceitos de princípios econômicos plurais; b) apresentar as experiências dos BCDs e das moedas sociais enquanto práticas de economia solidária; e c) refletir sobre as experiências dos BCDs e do uso de moedas sociais enquanto práticas em uma economia plural. A noção de economia plural envolve reconhecer a integração de quatro princípios econômicos – mercado, redistribuição, reciprocidade domesticidade. Além disso, atribui ao princípio do mercado a intenção de separar o econômico do social, provocando consequências negativas na forma de constituição da sociedade e privilegiando a lógica do ganho. No entanto, a sociedade frequentemente reage no sentido de evitar esse movimento instituindo espaços nos quais os outros princípios são privilegiados. Estes espaços podem se apresentar, por exemplo, sob a forma de instituições públicas reguladoras ou de organizações sociais. Neste sentido, as experiências no campo de práticas da economia solidária surgem como espaço privilegiado para o princípio da reciprocidade. Dentre este vasto campo de práticas, elegemos os BCDs e as moedas sociais pela sua notoriedade e complexidade, para mostramos como outra economia é possível. Os BCDs e as moedas sociais são formas de organização comunitária que enfrentam a exclusão provocada pelo descaso do estado ou desinteresse do mercado em prover serviços para populações de territórios empobrecidos..

Perfil da Autora

Ariadne Scalfoni Rigo

Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui graduação em Administração de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), MG. Atualmente é professora da Escola de Administração da UFBA e do Programa de Pós Graduação em Administração (NPGA). É vice-coordenadora do Programa de Pós Graduação em Administração (NPGA/UFBA). Pesquisa nas áreas Organizações, Gestão e Controle Social. Atualmente, tem se interessado pelas temáticas relacionadas às Políticas Públicas em Economia e Finanças Solidária, Bancos Moedas Sociais e Desenvolvimento de Territórios. É membro do comitê gestor da Research Association on Monetary Innovation and Community and Complementary Currency Systems (RAMICS). **Email:** ariadne.rigo@ufba.br.

Referências Bibliográficas

1. BORGES, A. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In: MORAIS, L; BORGES. A. **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Polis, p. 249 a 244, 2011a.
2. FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Porto Alegre: **Civitas**, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun., 2007.
3. FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JR, J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In CATTANI, Antônio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**: Edições Almedina, 2009, p. 31-37.
4. RIGO, A. S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: ações e implicações, teóricas e práticas (2014). Tese de doutorado, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2014.
5. NESOL. Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo. **Aceruo on line**. Disponível em: <http://www5.usp.br/tag/nesol/>. Acesso em: agosto de 2017.
6. POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
7. SERVET, J. M. L' institution monétaire de La société selon Karl Polanyi. **Revue économique**. Volume 44, n. 6, 1993. p. 1127 – 1150.



Apoio



Promoção



Realização

